

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 1 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-864-9 DOI 10.22533/at.ed.649192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, no Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

O Volume 2, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

O Volume 3, são 29 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Fechando esta edição, no Volume 4 trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO INFANTIL

CAPÍTULO 1	1
A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA DE TRABALHO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ARACAJU	
Lavinia Vieira Dias Cardoso Laura Verena Correia Alves Mariane dos Santos Ferreira Lorena Lima dos Santos Cardoso Silviane dos Santos Rocha Nunes Grasiela Pereira Ferreira Nuala Catalina Santos Habib Jéssica Gleice do Nascimento Gois Gabriela Nascimento dos Santos Claudia Sordi	
DOI 10.22533/at.ed.6491923121	
CAPÍTULO 2	9
A GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	
Jéssica Dombrowski Juliane Marschall Morgenstern	
DOI 10.22533/at.ed.6491923122	
CAPÍTULO 3	20
AS INTERFACES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NUMA ESCOLA PÚBLICA DE BRAGANÇA, PARÁ	
Irani de Almeida Farias Francisco Pereira de Oliveira Raul da Silveira Santos Juliana Patrizia Saldanha de Souza Neidivaldo Santana Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.6491923123	
CAPÍTULO 4	34
COM-POR EM JOGO: EXPERIÊNCIAS DE UMA PROFESSORA-PERFORMER NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Roberta Liz de Queiroz Sousa de Deus	
DOI 10.22533/at.ed.6491923124	
CAPÍTULO 5	44
DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS PREMATUROS: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL	
Elza Francisca Corrêa Cunha Margarida Maria Silveira Britto de Carvalho Stella Rabello Kappler	
DOI 10.22533/at.ed.6491923125	
CAPÍTULO 6	52
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Adenir Vendrame Célia Danelichen	

Mariza Aparecida Bail

DOI 10.22533/at.ed.6491923126

CAPÍTULO 7 64

“HISTÓRIAS DE UM DICIONÁRIO MALUCO NO JARDIM DE INFÂNCIA”

Maria Filipa Ferreira Borges de Azevedo

Paulo Manuel Miranda Faria

Altina da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6491923127

CAPÍTULO 8 78

INFÂNCIA: CORPO E APRENDIZAGEM

Silvano Severino Dias

DOI 10.22533/at.ed.6491923128

CAPÍTULO 9 87

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (IM)POSSIBILIDADES DE AUTORIA DOCENTE

Rosely Santos de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.6491923129

CAPÍTULO 10 97

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A VISÃO DOS PAIS DE ALUNOS DE UM CEIM EM SÃO MATEUS, ES

Juscilene Andrade de Oliveira Bittencourt

DOI 10.22533/at.ed.64919231210

ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO 11 111

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: A EVASÃO ESCOLAR E ENSINO TÉCNICO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Suzane Rodrigues da Silva

DOI 10.22533/at.ed.64919231211

CAPÍTULO 12 121

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017: FINANCIAMENTO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Renato de Menezes Quintino

Silvia Elena de Lima

Sueli Soares do Santos Batista

DOI 10.22533/at.ed.64919231212

CAPÍTULO 13 133

EFETIVIDADE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD) NA INIBIÇÃO DO USO DE DROGAS ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

João Maurício de Souza Netto

Vilson Leonel

DOI 10.22533/at.ed.64919231213

CAPÍTULO 14 148

ESTATÍSTICA NO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM POR MEIO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A RESPEITO DA DENGUE

Luí Fellippe da Silva Bellincantta Mollossi
Pamela Paola Leonardo

DOI 10.22533/at.ed.64919231214

CAPÍTULO 15 157

O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PECULIARIDADES DE UMA EFA NA CONCEPÇÃO DOS MONITORES

Aleilde Santos Araujo
Davi de Souza Silva

DOI 10.22533/at.ed.64919231215

CAPÍTULO 16 169

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO MÉDIO MEARIM: MOMENTO DE (RE) CONSTRUIR

Francisco Nunes Ferraz Filho
Leiliane da Silva Mesquita
Carolina Pereira Aranha

DOI 10.22533/at.ed.64919231216

CAPÍTULO 17 187

PERCEPÇÃO DO ALUNO DO 9º ANO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Cristiane Martins Viegas de Oliveira
Thiago Teixeira Pereira
Diego Bezerra de Souza

DOI 10.22533/at.ed.64919231217

EDUCAÇÃO SUPERIOR

CAPÍTULO 18 198

A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR

Cristiane Aparecida da Rosa Rossi

DOI 10.22533/at.ed.64919231218

CAPÍTULO 19 207

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE

Gilcéia Damasceno de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.64919231219

CAPÍTULO 20 219

ADAPTAÇÃO DOS PRIMEIROANISTAS À UNIVERSIDADE

Cassandra Catarina Gonçalves Mineiro

DOI 10.22533/at.ed.64919231220

CAPÍTULO 21 233

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA A LUZ DA UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

Vialana Ester Salatino
Andréia Morés

CAPÍTULO 22 246

ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO MEDIADA POR TECNOLOGIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

[Luiz Clebson de Oliveira Silvano](#)

[Adriana Lúcia Leal da Silva](#)

[Greicy Oliveira Nascimento](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231222

CAPÍTULO 23 256

LAS ALTAS CAPACIDADES INTELECTUALES EN ESPAÑA: ESTADO DE LA CUESTIÓN

[Ramón García-Perales](#)

[Ascensión Palomares Ruiz](#)

[Antonio Cebrián Martínez](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231223

CAPÍTULO 24 270

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E SUA APLICAÇÃO NUM PROJETO DE MESTRADO NA COSTA AMAZÔNICA BRASILEIRA: MÉTODO E CONCEPÇÕES DE ANÁLISES

[João Plínio Ferreira de Quadros](#)

[Elder José dos Santos Silva](#)

[Raul da Silveira Santos](#)

[Francisco Pereira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231224

CAPÍTULO 25 283

METODOLOGIAS ATIVAS: MÉTODOS E OBJETIVOS DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

[Renata dos Anjos Melo](#)

[Maria Luísa Bissoto](#)

[Fernando Jeronimo Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231225

CAPÍTULO 26 292

O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA EXPANSÃO FORÇADA

[Dalmo Dantas Gouveia](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231226

CAPÍTULO 27 302

REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA DE ENSINO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNEMAT/BARRA DO BUGRES/MT

[Regiane Cristina Custódio](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231227

CAPÍTULO 28 310

TRABALHO DOCENTE: PERSPECTIVAS, CONCEPÇÕES E EPISTEMOLOGIA DA PRÁXIS

[Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231228

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

CAPÍTULO 29	324
A TUTORIA NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA UFRGS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO E INTERAÇÃO ENTRE TUTORES E ALUNOS	
Tais Barbosa Rosane Aragón Franciele Franceschini	
DOI 10.22533/at.ed.64919231229	
CAPÍTULO 30	337
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) BASEADO EM HIPERMÍDIA EDUCATIVA PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO NOS PROCESSOS FORMATIVOS	
Ruben Dario Montoya Nanclares	
DOI 10.22533/at.ed.64919231230	
CAPÍTULO 31	348
CURSOS DE NUTRIÇÃO NO BRASIL: VAGAS, PERMANÊNCIA E MODALIDADE EAD	
Karen Hofmann de Oliveira Clevi Elena Rapkiewicz Vanuska Lima da Silva Divair Doneda	
DOI 10.22533/at.ed.64919231231	
CAPÍTULO 32	360
O PROFESSOR ENQUANTO PROFISSIONAL ESPECIALISTA E REFLEXIVO: DESAFIOS E IMPASSES PARA SE CONSTITUIR COMO DOCENTE NA ERA DIGITAL	
Mauricio dos Reis Brasão	
DOI 10.22533/at.ed.64919231232	
CAPÍTULO 33	373
TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS: POTENCIALIDADE E SUJEIÇÃO	
Marcelo Micke Doti	
DOI 10.22533/at.ed.64919231233	
SOBRE O ORGANIZADOR	381
ÍNDICE REMISSIVO	382

O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA EXPANSÃO FORÇADA

Data de aceite: 02/12/2018

Dalmo Dantas Gouveia

Licenciado em História – UNEB. Licenciado em Pedagogia – Faculdade D. Pedro II. Psicopedagogo pela Universidade Castelo Branco – Rio de Janeiro-RJ. Especialista em História Afro-brasileira pela FBB – BA. Pós-graduado em Didática do Ensino Superior – Estácio de Sá – RJ. Especialista em Políticas Públicas Educacionais – FACIBA – BA. Mestre em Ciências da Educação – Lusófona – Portugal. Doutorando em Educação – Lusófona – Portugal. Professor da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia – Brasil, Coordenador de Cursos de Pós-graduação da FBB, Coordenador do FORDEC ministrada pela FACIBA. E-mail: dalmogouveia@gmail.com.

RESUMO: O ensino superior tornou-se ao longo do tempo um bem necessário que teria de ser compartilhado, pois o mercado de trabalho exige, a cada dia, mão de obra com qualificação elevada. Os governos brasileiros, nas duas últimas décadas, desenvolveram políticas que possibilitaram a expansão do ensino superior, principalmente, por meio das instituições privadas e dos cursos a distâncias, perspectiva que permitiu a democratização do acesso aos IES - Institutos de Ensino Superior. Para tanto, tomou-se as ideias desenvolvidas

por Martin Trow, este instituiu a investigação por meio da observação nos números das matrículas dos jovens entre a faixa etária de 18 e 24 anos de idade. Assim, este artigo objetivou analisar o processo de expansão do ensino superior no Brasil. As questões suscitadas foram respondidas com a revelação que a expansão do nível superior está aumentando o nível educacional no país, além de melhorar as condições econômicas das famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, ensino superior, expansão.

BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: A FORCED EXPANSION

ABSTRACT: Higher education has become, over time, a necessary asset that would have to be shared, as the labor market demands highly skilled labor every day. In the last two decades, Brazilian governments have developed policies that have enabled the expansion of higher education, mainly through private institutions and distance education, a perspective that has allowed the democratization of access to Higher Education Institutes. To this end, the ideas developed by Martin Trow were taken, this instituted the investigation through the observation in the enrollment numbers of the

young people between the age group of 18 and 24 years of age. Thus, this article aimed to analyze the process of expansion of higher education in Brazil. The issues raised were answered with the revelation that the expansion of the upper level is increasing the educational level in the country, in addition to improving the economic conditions of the families.

KEYWORDS: Education, young, higher education, expansions.

1 | INTRODUÇÃO

A formação sistematizada aparece no Brasil com a finalidade de preparar os filhos da classe dominante para exercer o poder, mesmo porque não havia necessidade de tornar a maior parte dos brasileiros em sujeitos pensantes. Inclusive as universidades, em um longo período, por volta de 200 anos, foram voltadas para a elite. No entanto, o mundo econômico e político transformaram-se com o forte avanço tecnológico, exigindo mão de obra qualificada para satisfazer as solicitações do mercado, não se podendo mais negar o acesso dos populares à formação em nível superior.

A princípio, para entender a ampliação do ensino superior, aproveita-se da ideia elaborada por Martin Trow que analisa a formação mencionada em três períodos diferentes: o sistema de elite, o sistema de massa e o sistema universal, sendo o critério de transposição, entre as fases, o número de jovens entre 18 e 24 anos de idade matriculados nas instituições de ensino superior.

As políticas desenvolvidas nos três últimos governos foram essenciais para aumentar a quantidade de jovens frequentando os IES - Institutos de Ensino Superior no Brasil, tendo a partida para o sistema de massa iniciado no governo de Fernando Henrique Cardosos, porém, somente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, 2006, houve a consolidação com 16% dos jovens, entre a faixa etária de 18 a 24 anos de idade, matriculados no ensino acadêmico, isto graças, principalmente, a valorização das instituições privadas e a utilização da EaD – educação a distância para enfrentar a barreira da distância e a falta de ônus para o investimento na implantação de unidades de ensino presenciais.

O presente estudo focou a analisar o processo de expansão do ensino superior no Brasil que visou incluir o indivíduo ao sistema educacional para aquisição dos conhecimentos indispensáveis a integração ao meio social com sucesso. Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica, com o emprego da metodologia qualitativa, a fim de relacionar os dados encontrados criticamente, os quais revelaram que a expansão do ensino superior contribuiu para melhoramento do nível educacional no país, além de gerar condições econômicas mais suaves para as famílias.

2 | EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A sociedade brasileira reconhece, hoje, no ensino superior um fator primordial para o desenvolvimento social, político e econômico do país. Necessidade que decorreu das crescentes mudanças econômicas realizadas após a Segunda Guerra Mundial, as quais influenciaram em exigências para mão de obra integrar o mercado que requer a cada dia maior qualificação no campo da sistematização superior.

O ensino superior toma direcionamento significativo a partir do momento que concatena o ensinar a pesquisar. União que lhe confere prestígio e reconhecimento, desde então influenciou no desenvolvimento tecnológico e lhe tornou fundamental para a economia, para o potencial militar e a indústria do país.

Não se pode deixar de colocar em evidência que a formação acadêmica, desde a implantação no Brasil, não faz parte da realidade do povo mais carente, principalmente pela dicotomia existente entre a formação básica pública e a formação obtida nas escolas privadas, o que implica na concorrência pelas vagas das melhores instituições universitárias. No entanto, o mercado de trabalho passou a exigir mão de obra qualificada com o conhecimento construído no ensino superior. Para tanto, a expansão da formação acadêmica não poderia mais ser barrada.

Tomar-se-á a teoria de Martin Trow (2005) nesta análise da expansão do sistema superior de educação brasileira. O autor em questão discorre sobre três fases do processo de evolução do sistema educacional: sistema de elite, sistema de massa e sistema universal. Na discussão, utiliza-se do tamanho do sistema de ensino, função da educação superior, diversificação institucional, padrão de qualidade, política de acesso, formas de administração. No entendimento da transposição de uma fase para outra, verifica-se a necessidade de existir problemas de ordens diversas: forma de acesso, seleção dos alunos, qualidade de ensino.

Para definir as três fases transcorridas pelo ensino superior, Trow (2005) fez uso do número de matrícula. A primeira fase, sistema de elite, está constituída quando até 15% dos jovens entre a faixa etária de 18 a 24 anos de idade, existentes no país, estão frequentando a formação acadêmica. Todavia, não são todos os jovens que estão presentes no ensino superior, apenas a prole das famílias mais abastada. A estrutura dos cursos, nesta fase, é tradicional e voltada a preparar os dominantes para manutenção do poder. Quando a marca atinge 16% dos jovens frequentando o nível superior, o autor chama atenção que inicia a transição do sistema de elite para o sistema de massa. Porém somente ao completar a marca de 30% chega ao auge do sistema de massa, perdendo o patamar ao ultrapassar a margem de 50%.

No sistema de massa e no sistema universal, o acesso ao ensino superior deixa de ser restrito aos membros das famílias mais ricas e obriga a expansão do ensino superior. Trow (2005, p. 05), a educação superior passou a ser “um direito

com certa qualificação.” Assim a formação superior passou a integrar as vidas de um público mais diverso – os jovens secundaristas, no Brasil os concluintes do ensino médio. (LEHER e BARRETO, 2008; p. 433). Torna importante frisar que o sistema de mérito não foi excluído na seleção dos candidatos para participar do ensino superior, no real, com o sistema de massa, a seleção dos candidatos passou a realizar-se com a conjugação do mérito e com a aplicação de políticas afirmativas.

Ainda são pontos transformados durante a transição entre o sistema de elite e o de massa: a implantação de um serviço compensatório, o interesse em atender o mercado de trabalho, possibilitar o emprego de um currículo maleável, conceber uma avaliação para constatar a eficiência das entidades de ensino, provocar a democratização do ensino.

Somente quando o número de matrículas, no ensino superior, dos jovens entre 18 e 24 anos de idade ultrapassa a marca de 50% dar-se a transposição para o sistema universal. Nesse sistema, segundo Trow (2005), os jovens da classe média passam a ter a obrigação de acessar a formação acadêmica, visto que esta passa a ser entendida como parte integrante da justiça social, pois é visualizada como uma conquista da coletividade. Apesar do sistema estender-se a todos, formaliza-se uma concorrência elaborada nas notas, inclusive a capacidade de existir das instituições superiores passa a ser verificada na seleção efetivada. Assim, as notas obtidas na seleção indicam uma competição entre os cursos, ou seja, a população mais carente não consegue atingir o patamar de concorrência para determinados cursos – Medicina, Direito, Odontologia... tendo em vista a deficiência na formação do ensino básico. Então, alguns cursos ainda ficaram predestinados aos dominantes.

3 | ENSINO SUPERIOR DENTRO DO PROJETO DA INCLUSÃO

A transferência da Família Real para o Brasil, 1808, marca a fundação dos primeiros núcleos universitários brasileiros. Naquele momento, o acesso ao ensino superior estava voltado para a elite, mesmo porque a maior parte da população brasileira laborava em serviços braçais e não necessitava do saber formal para preencher seu lugar naquela sociedade. Quadro que sofre alteração com a implantação da indústria no país, pois exige dos trabalhadores uma mão de obra mais qualificada quanto ao contato com o saber escolar, ao mesmo tempo, aumenta a exclusão da população menos instruída. Nestas perspectivas, observando a linha de pensamento de Martin Trow, analisar-se-á a educação superior no Brasil.

Os dados existentes nos arquivos do Ministério da Educação – MEC verificam que a educação superior no Brasil, segundo a sistematização de Trow, por 200 anos, desde a sua fundação, tipificou-se como sistema de elite. Observando os

índices da população de 18 a 24 anos de idade, matriculados no ensino superior, exarados entre 1990 a 2002, verifica-se que saiu de 8,2% para pouco mais de 15%, respectivamente. Em 2003 as matrículas atingem a casa de 16%, marco que incide na transposição para o sistema de massa, transição iniciada durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995. Após este ano, o ensino universitário sofre uma forte expansão ocasionada por políticas de incentivos elaboradas pela União.

Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da República, continua com o estímulo às matrículas na formação acadêmica, quando em 2006, eleva a 19% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade. Portanto, pode-se afirmar que no governo de Fernando Henrique houve a transição para o sistema de massa e no governo de Luiz Inácio adotou-se medidas para consolidação da mesma.

Nos anos 1990, já sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, apesar da inédita estabilidade no Ministério da Educação, os temas da reforma do ensino superior continuaram presentes mais na retórica governamental do que em iniciativas concretas. Entre 1995 e 2000, o MEC divulgou uma série de documentos oficiais elaborados por equipes técnicas internas, sem maior ampliação dos debates. Nesse texto, esboçava-se uma proposta de desregulamentação do setor privado e reestruturação da universidade pública. (ALMEIDA FILHO e SANTOS, 2012, p. 121).

Houve uma grande resistência, promovida pelos setores ligados ao sistema universitário, referente às medidas adotadas na reforma da reestruturação do ensino superior, o que travou o crescimento. A saída foi promover a abertura do sistema para atrair maiores investimentos da classe empresarial. Sobretudo no aspecto da regulamentação que fora facilitada e o que promoveu a criação de um grande número de instituições superiores privadas. Torna-se significativo dar ênfase que a expansão de vagas não cresceu na mesma proporção da qualidade de ensino.

Entre as políticas que incidiram diretamente na expansão do ensino superior, em 2001, foi criado o FIES – Fundo de Financiamento ao Estudo do Ensino Superior destinado ao financiamento de alunos matriculados em instituições acadêmicas privadas. Em 2007 já se encontravam mais de 500 mil graduandos financiados pelo FIES, o que evidenciou a preocupação do governo Fernando Henrique Cardoso em aumentar a participação dos jovens no ensino superior privado, proporcionando a visão de mercado ao sistema. Constava também entre os planos do governo Fernando, a transformação das universidades federais em entidades não estatais, sem fins lucrativos, inclusive com a transposição da administração e orçamento para seus gestores. (CARVALHO, 2015, p. 75). Mesmo porque o presidente declarou a falta de necessidade para investimento em novas unidades federais, pois, segundo o presidente, a expansão, através das universidades federais, dar-se-ia por meio do aumento das vagas noturnas.

A conjuntura governamental encontrou-se em situação difícil, visto que pretendia ampliar o acesso da classe popular à formação superior quando a economia da nação exigia adequação de medidas para redução de gastos públicos. A solução foi encontrada nos IES – Institutos de Ensino Superior privado, estes não estavam preparados para receber as camadas mais pobres e de trabalhadores que possuíam dificuldades extremas para frequentarem os cursos convencionais. Mas para eles foram criados cursos de curta duração, voltados para o mercado de trabalho – modalidade sequencial, tecnológica e a distância. A primeira modalidade não se mostrou atraente pela falta de vigor na regulamentação, a curta duração e a flexibilidade do currículo.

Os cursos superiores tecnológicos, desde 1970, chamaram a atenção da classe popular por serem realizados em curta duração e porque estavam ligados a profissionalização, além de serem considerados graduação. Segundo Carvalho (2015, p.78): “Entre os anos de 2000 e 2002, mais de 100 cursos foram criados.”

Não resta dúvidas que o governo brasileiro não estava satisfeito com os índices atingidos nas matrículas do ensino superior. Então passou a estimular o crescimento da educação a distância, visando atingir aqueles que não disponibilizavam das condições para frequentarem as instituições presenciais – professores em atuação, donas de casa, principalmente, os egressos do Ensino Médio residentes distantes dos grandes centros universitários. Mas as unidades de formação superior não encontraram facilidades para realizarem as adequações necessárias a implantação da EaD – educação a distância, isto porque a implantação dos cursos à distância exigiam elevada tecnologia e ampliação física para adequação dos polos presenciais, tendo, para tanto, que se disponibilizar altos valores.

Notabilizou-se, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, processo iniciado em 2003, uma forte expansão do Ensino Superior. Momento que se ligou o discurso de democratização do acesso à formação superior gratuita e de qualidade, às políticas e programas para permitirem aos trabalhadores e jovens adentrarem aos IES – institutos de ensino superiores privados, a fim de realizarem o complemento de seus estudos. Constituição que visava eliminar a exclusão da maior parte da população brasileira que ficou distante do ensino acadêmico ao longo do tempo.

Houve grandes investimentos nas Universidades Federais com a restauração de seus orçamentos, criou-se novos campus, bem como foram instaladas novas unidades nas regiões carentes da presença do ensino superior. No período de 2003 a 2007, as matrículas saíram de 1.136.370 para 1.240.968 (dados obtidos no MEC/ INEP). O quadro apresentado levou à criação do REUNI – Programa de Apoio a Planos de Restauração e Expansão das Universidades Federais, entre 2008 e 2012, este teria como principal preocupação a elevação dos índices de concluintes nos cursos de graduação presencial, preenchimento das vagas ociosas, redução da

evasão, aumento do número de ingressantes nas graduações, principalmente nos cursos noturnos.

O ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio foi criado para verificar o nível intelectual dos concluintes do Ensino Médio, porém passou a configurar o principal veículo de ingresso nos IES. Luiz Inácio Lula da Silva passou a utilizar as notas obtidas no ENEM para selecionar os candidatos contemplados para o PROUNI – Programa Universidade para Todos, programa responsável pela concessão de bolsas nos IES privados. No segundo governo de Luiz Inácio, o ENEM tornou-se o principal meio de entrada nas Universidades Federais através do SISU – Sistema de Informações Unificadas. Ações que levaram os números de inscritos no ENEM saltar de 1,7 milhões, em 2003, para 8,2 milhões em 2016 (MEC – Ministério da Educação e Cultura).

Outro fator que entrou no foco, visando à inclusão, foram as políticas afirmativas responsáveis pelo acesso ao ensino acadêmico dos negros, estudantes pobres egressos das escolas públicas. Mas as instituições não encontraram uma definição precisa para realizar a escolha de seus alunos quanto à renda e a origem étnico-racial. Ao contrário dos IES privados que passaram a utilizar o PROUNI para acesso: para os candidatos integrantes de famílias com renda até 1,5 salários mínimos, seria fornecida bolsa integral; aqueles que faziam parte de famílias com até 3 salários mínimos, a bolsa seria de 50%.

O programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva tinha como relevância a implantação da educação a distância – EaD para eliminar a barreira provocada pela dimensão continental do país e a desigualdade existente.

[...] ela tem sido vista como uma possibilidade de solução para o problema da educação em nosso país: espalha-se a informação para milhares de pessoas e espera-se que ela seja processada, convertida em conhecimento e, com isso, propicie uma educação que prepare cidadãos para sobreviverem na sociedade atual. (VALENTE, 2011; p. 28).

Todavia não foram todos os cursos contemplados na EaD, a legislação estabeleceu quando os alunos deveriam estar presentes, os níveis e modalidades que poderiam ser ofertadas pelos IES públicos ou privados. Em 2006, criou-se a UAB – Universidade Aberta do Brasil, objetivando levar o ensino superior para o interior do país, priorizando a formação de professores em licenciaturas. Segundo Carvalho (2015, p. 85):

Por sua vez, os cursos à distância cresceram de forma intensa. Em 2003, foram registrados 52 cursos e em 2010 eram 930, sendo que a representatividade passou de 0,3% para 3,1% dos cursos de nível superior. Destaca-se o impacto da UAB: em 2010, 32% dos cursos não presenciais eram ofertados pelas instituições federais e 54% nas IES particulares.

Houve, portanto, um crescimento significativo da rede de ensino ocasionado

pela criação de unidades privadas que tiveram a preocupação com o econômico e não deram a devida atenção a qualificação de seus acadêmicos. Então, o governo passou a aumentar as exigências para autorizar a fundação de instituições promotoras do ensino superior, como também desabilitou aquelas que não corresponderam às solicitações.

Dilma Rousseff substituiu Luiz Inácio Lula da Silva na presidência sem apresentar grandes alterações no sistema de ensino superior. Os documentos evidenciaram a proeminência em conjugar as matrículas nas instituições federais com as vagas ofertadas pelo PROUNE, saída apontada para permitir o acesso dos excluídos da formação em questão. Sendo que o ENEM continuou como o principal meio para seleção dos candidatos aos cursos. A novidade fora contabilizada na implantação do SISU – Sistema de Seleção Unificada para fazer parte da escolha dos frequentadores das unidades federais.

Para as políticas afirmativas, no tocante ao direito de ingresso na formação superior, no governo Dilma aprovou-se a lei nº 12.711/2012 que instituiu a cota de 50% das vagas dos cursos ofertados pelas universidades federais para os egressos do ensino médio público, bem como aqueles declarados pretos, pardos e indígenas.

O contexto em estudo manifestou a necessidade de compreender as políticas desenvolvidas, no tocante ao sistema de ensino superior, entre os anos de 1995 a 2016, para entender a expansão ocorrida no ensino superior brasileiro. Fernando Henrique Cardoso incitou a expansão através da diversificação dos cursos, utilizando, principalmente, o privado. O substituto, Luiz Inácio Lula da Silva, preocupou-se com a complexidade total: o segmento privado foi beneficiado com o PROUNE, ao mesmo tempo ampliou a procura pelas universidades federais por meio do REUNI. Já o governo Dilma seguiu os passos de seu antecessor com a manutenção dos programas e fortaleceu o FIES. Indubitavelmente, o crescimento das matrículas na formação acadêmica fora significativa para o país, mas o crescimento não esteve devidamente acompanhado da melhoria da qualidade, visto que há pouco tempo os principais obstáculos para a democratização do ensino superior começaram a serem removidos.

4 | CONCLUSÃO

A universidade brasileira foi criada, a princípio, para formar a pequena elite. No entanto, na atualidade, o mercado de trabalho tem exigido a qualificação de sua mão de obra, então o sistema de ensino adaptou-se para incluir parcelas maiores da população juvenil. A expansão do nível superior foi ocasionada pelas transformações econômicas pós Segunda Guerra Mundial que requereu trabalhadores qualificados no ensino superior. O governo, para atingir tal fim, passou a desenvolver políticas

com o intuito de promover a democratização do acesso ao ensino acadêmico.

A dimensão do Brasil dar-lhe qualidade estrutural de continente, dificultando a propagação do ensino superior presencial, por isto os governantes tiveram de encontrar saída diante da logística apresentada pelo país. Os três últimos presidentes investiram em políticas que visavam a democratização do acesso ao ensino superior, o que permitiu a transposição de um sistema de elite para o sistema de massa, conforme discutido por Martin Trow. Preocuparam-se em instituir um serviço compensatório, com a elaboração de um currículo sem rigidez e com foco no mercado de trabalho. Para tanto, não se excluiu o mérito na seleção dos candidatos a frequentarem os cursos acadêmicos, apenas fizeram a junção do mérito com a adaptação das políticas afirmativas.

O estudo revelou uma estagnação da expansão do ensino superior no Brasil pelo período de quase 200 anos, pois apenas em 1998 o número de jovens, entre 18 e 24 anos de idade, matriculados na formação acadêmica ultrapassou os 10% dos existentes na população brasileira. Seguindo a teoria de Martin Trow, os dados evidenciam que até 2006 as universidades brasileiras existiam para a elite, quando o número de jovens matriculados nas instituições superiores chega a 19%, notificando uma abertura para a prole popular, todavia ainda se tinha muito por fazer, visto que 81% dos jovens estavam fora das universidades. Até agora, observando as políticas desenvolvidas pelos últimos presidentes, constata-se que a expansão do ensino superior, em sua maioria, deu-se por meio das unidades particulares, segundo o MEC, em 2010, 80% dos jovens, com acesso ao ensino superior, estavam matriculados em instituições que visavam o lucro, ou seja, a atenção voltava-se para a quantidade de alunos e não para a qualidade do conhecimento elaborado pelo estudante.

Não se pode negar que a adequação da democratização do ensino superior provocou o aumento do nível educacional da população brasileira, ao mesmo tempo contribuiu para melhoria das condições econômicas das famílias. Porém é importante frisar que o mérito, ainda presente no sistema de seleção, é ponto de concorrência e exclusão, pois as notas indicam aqueles que frequentarão alguns cursos – Direito, Medicina, Engenharia... estes são predestinados à elite, visto que a formação básica dos mais carentes é precária.

REFERENCIA

ALMEIDA FILHO, Naomar de; SANTOS, Fernando Seabra. **A quarta missão da Universidade: Internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2012.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política de expansão da educação superior nos**

governos democráticos brasileiros (1995 – 2013). In: SOUSA, José Vieira de. **Expansão e avaliação da educação superior brasileira: formatos desafios e novas configurações.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LEHER, Roberto e BARRETO, Raquel Goulart. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária.** In Revista Brasileira de Educação, v. 33, nº 39, set/dez 2008; p. 423 - 436.

TROW, M. **Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWIL.** This paper is posted at the Scholarship Repository, University of California. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4,2005>.

VALENTE, José Armando. **Educação a Distância: criando abordagens educacionais que possibilitam a construção de conhecimento.** In: (Org.) Arantes, Valéria Amorim. **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos.** São Paulo: Summus, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Pedagógica 20, 22, 40, 282, 333, 370

Adaptação 6, 127, 166, 176, 219, 220, 221, 222, 224, 230, 231, 249, 300

Aprendizagem 2, 3, 4, 5, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 31, 36, 37, 43, 46, 49, 54, 66, 68, 70, 76, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 100, 102, 105, 109, 110, 117, 119, 155, 163, 171, 179, 180, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 229, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 307, 308, 312, 313, 315, 316, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 350, 352, 356, 361, 362, 364, 368, 371

Avaliação 4, 8, 14, 44, 46, 49, 50, 51, 55, 62, 126, 130, 139, 140, 180, 203, 206, 213, 214, 219, 224, 226, 227, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 268, 269, 291, 295, 301, 312, 319, 331, 335, 349, 350, 352, 355, 381

C

Campos de Experiências 87, 88, 89, 90, 92

Consciência Fonológica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

Corpo 25, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 100, 159, 167, 182, 189, 190, 195, 306, 351, 376

Crianças 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 124, 134, 160, 165, 181, 320, 362, 369, 371

D

Desenvolvimento 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 13, 17, 21, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 105, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 119, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 139, 149, 150, 158, 160, 163, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 176, 178, 179, 180, 188, 189, 198, 199, 201, 202, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 228, 229, 236, 240, 241, 242, 247, 248, 249, 253, 273, 283, 286, 290, 294, 310, 311, 312, 314, 315, 317, 320, 321, 324, 327, 328, 330, 334, 335, 338, 339, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 350, 351, 360, 366, 368, 371, 375

Desenvolvimento humano 97, 139, 164, 345

Desenvolvimento profissional docente 64, 66, 67, 68, 76

Didática 25, 28, 148, 149, 150, 151, 155, 168, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 244, 251, 292, 307, 308, 340, 362

Digital 64, 65, 68, 75, 76, 249, 250, 329, 336, 346, 360, 365, 373, 374, 375

Docência universitária 207, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218

Docente universitário 199, 207, 208, 209, 213

E

Educação Física 35, 174, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 286
Educação Infantil 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 63, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 108, 109, 110, 126, 134, 156, 181, 323, 326
Educação Matemática 148, 156
Educação Profissional e Tecnológica 121
Ensino de Ciências 148, 149, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 180, 181, 182, 184, 185, 186
Ensino de Estatística 148, 150, 155
Ensino Médio 14, 23, 100, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 140, 143, 148, 149, 150, 151, 156, 173, 175, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 221, 230, 291, 295, 297, 298, 299
Ensino superior 24, 115, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 232, 233, 235, 243, 244, 246, 248, 284, 286, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 305, 308, 326, 350, 355
Ensino Técnico 111, 112, 119, 121, 126
Escola Família Agrícola 157, 158, 168
Escola Pública 1, 20, 32, 33, 43, 140, 149, 151, 177, 322, 372
Escolas públicas 21, 22, 116, 117, 119, 131, 134, 135, 136, 169, 170, 171, 172, 298, 326
Estudantes primeiroanistas 219, 221, 231
Evasão Escolar 111, 112, 113, 115, 118, 127

F

Família 1, 14, 17, 18, 22, 30, 31, 46, 57, 61, 62, 75, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 110, 133, 139, 144, 152, 157, 158, 160, 164, 168, 230, 295
Finanças 52, 54, 56
Fonoaudiologia 1, 2, 5, 7, 8, 50
Formação profissional 64, 65, 68, 116, 123, 130, 160, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 217, 290, 318, 361, 368

G

Gestão escolar 9, 10, 11, 12, 16, 18, 32, 326

I

Infância 2, 12, 22, 23, 24, 33, 35, 40, 52, 54, 64, 65, 69, 70, 74, 78, 79, 82, 84, 86, 94, 97, 99, 126, 134, 156, 162, 177
Intus Forma 52, 53, 55, 63

J

Jogo 6, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 95, 190, 377, 379

L

Leitura 3, 4, 5, 7, 8, 64, 68, 69, 87, 88, 101, 102, 174, 175, 211, 303, 311, 317, 321, 329, 356, 364, 370

M

Médio Mearim-MA 169

Mercantilização da educação 121, 127, 130, 131, 132, 311

O

Oralidade 62, 64, 69

P

Percepção 2, 60, 61, 78, 81, 84, 85, 86, 139, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 224, 225, 230, 252, 282, 314, 374

Pio XII-MA 157, 158, 159, 160, 168, 172, 177

Política educacional 17, 112, 117, 118, 121, 124, 132

Políticas educacionais 9, 95, 125, 126, 129, 130, 132, 318

Práticas Educativas 9, 198, 328, 330, 338, 339

Práticas Pedagógicas 21, 23, 26, 69, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 224, 243, 290, 303, 306, 333, 334, 345, 346, 355, 366

Prematuro 44, 45

Professores de Educação Infantil 87

Professor-performer 34, 39, 41

R

Reforma do Ensino Médio 111, 113, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 187, 188, 189, 192

Reformas educacionais 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 312

Representações 120, 155, 219, 221, 224, 225, 227, 230, 231, 232

S

São Roberto-MA 169, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 181, 182, 184, 185

Satubinha-MA 169, 170, 171, 172, 173, 178, 179, 180, 181, 182, 185

Sequência Didática 148, 149, 150, 151, 155

V

Vocabulário 3, 4, 64

